

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.998 - RJ (2020/0048451-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : BRADESCO SAUDE S/A**  
**ADVOGADOS : JAIME HENRIQUE PORCHAT SECCO - RJ129059**  
**GUSTAVO DE FIGUEIREDO GSCHWEND - RJ169800**  
**RECORRIDO : FLAVIA ENY PESSANHA DIAS VIDAURRE**  
**REPR. POR : WANDERLEI DA SILVA VIDAURRE**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**RECORRIDO : JORGE JABER CLINICA DE PSICOTERAPIA LTDA**  
**ADVOGADOS : JOÃO CARLOS ALVES MASSA - RJ046538**  
**VICTOR VILLAÇA GIRON - RJ219681**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 412, e-STJ):

APELAÇÕES CÍVEIS. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. PREVISÃO CONTRATUAL. LIMITAÇÃO TEMPORAL. CUSTOS DE COPARTICIPAÇÃO APÓS 30 DIAS DE INTERNAÇÃO. EMERGÊNCIA PSIQUIÁTRICA. EXCEÇÃO. NECESSIDADE COMPROVADA DE INTERNAÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA. QUADRO DE GRAVE DEPRESSÃO COM IDÉIAS SUICIDAS. LIMITAÇÃO ABUSIVA DE COBERTURA. INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL.

Cinge-se a principal controvérsia em analisar se é legítima ou se há abusividade na previsão contratual de coparticipação de 50% do valor da internação psiquiátrica em períodos superiores a trinta dias. A coparticipação em despesas de internação em clínica psiquiátrica possui previsão na Resolução Normativa - RN - 387/2015 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constando nas Condições Gerais da Apólice. O Superior Tribunal de Justiça já entendeu que a cláusula não é abusiva. Condição clínica de emergência psiquiátrica com sinais de ideação suicida, sugerindo a necessidade de intervenção imediata e inadiável. Artigo 51, XV, §1º, I a III, todos do Código de Defesa do Consumidor. Lei 10.216/2001. Proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Apesar da aparente legalidade da instituição de cláusula que prevê a coparticipação do segurado, tal condição contratual não subsiste em casos de emergência e urgência, embora de longa duração. Deve ser

mantida a sentença que declarou nula a cláusula limitativa pela caracterização de abusividade e determinou que a operadora do plano de saúde não imponha limites ou custos de coparticipação para o tratamento pelo tempo necessário ao restabelecimento da autora. Os fatos relatados não representaram, porém, dano moral, uma vez que trata o caso de dar diversa interpretação às normas de caráter administrativo e jurisprudencial e, principalmente, pelo fato de não ter ficado a beneficiária desassistida e, sendo assim, não ter sofrido violação de sua legítima expectativa ou dignidade. CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO dos recursos.

Em suas razões, a parte recorrente alega violação ao art. 16, VIII, da Lei 9.656/98.

Assinala, em síntese, a legalidade da cláusula que estabelece a coparticipação em internação para tratamento psiquiátrico após o decurso de trinta dias de tratamento.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 493/495 e 497/503, e-STJ.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 506/509, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O Tribunal de origem reputou abusiva a cláusula contratual que impõe o regime de coparticipação na internação psiquiátrica deferida à parte autora, nos seguintes termos (fls. 416/421, e-STJ):

Trata-se de ação através da qual a autora pretende a condenação da ré para que forneça cobertura integral de sua internação psiquiátrica, sem limitação temporal, além do pagamento de indenização por danos morais. Hipótese subsumida ao campo de incidência das regras de proteção consumeristas, vez que presentes os elementos da relação jurídica de consumo consagrados nos artigos 2º e 3º o Código de Defesa do Consumidor, enquadrando-se a parte autora na figura de consumidora e a parte ré, como fornecedora de produtos e serviços, destacando-se o verbete 469 do Superior Tribunal de

Justiça, o qual dispõe que se aplica o supracitado diploma legal aos contratos de plano de saúde. Cinge-se a principal controvérsia em analisar se é legítima ou se há abusividade no que tange à previsão contratual de coparticipação de 50% do valor da internação psiquiátrica em períodos superiores a trinta dias.

A coparticipação de beneficiário de plano de saúde no custeio das citadas despesas de internação em clínica psiquiátrica possui previsão na Resolução Normativa -RN - 387/2015 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, vigente à época do ajuizamento da ação, continha a seguinte diretriz no artigo 22, II, a e b, não alterada pela atual RN 428/2017:

Art. 22. O Plano Hospitalar compreende os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme Resolução específica vigente, não incluindo atendimentos ambulatoriais para fins de diagnóstico, terapia ou recuperação, ressalvado o disposto no inciso X deste artigo, observadas as seguintes exigências: [...]

II - quando houver previsão de mecanismos financeiros de regulação disposto em contrato para internação hospitalar, o referido aplica-se a todas as especialidades médicas, contudo a coparticipação nas hipóteses de internações psiquiátricas somente poderá ser exigida considerando os seguintes termos, que deverão ser previstos em contrato:

- a) somente haverá fator moderador quando ultrapassados 30 dias de internação contínuos ou não, nos 12 meses de vigência;
- e
- b) a coparticipação poderá ser crescente ou não, estando limitada ao máximo de 50% do valor contratado entre a operadora de planos privados de assistência à saúde e o respectivo prestador de serviços de saúde.

Nas Condições Gerais da Apólice há previsão expressa de coparticipação do associado em 50% para internações em psiquiatria a partir do trigésimo primeiro dia, a teor dos subitens 3.1.3.2 e 3.1.3.2.1.1, fl. 115:

(...)

Sobre o tema controvertido destaque-se que o Superior Tribunal de Justiça, com base no artigo 16, VIII, da Lei 9656/1998<sup>1</sup>, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, já entendeu que a cláusula que trata da coparticipação em caso de internação superior a 30 dias decorrente de transtornos psiquiátricos

não se revela abusiva, desde que expressamente contratada e informada ao consumidor, posto não representar limitação ao prazo de cobertura da internação hospitalar, mas sim equilíbrio das prestações e contraprestações para continuidade do tratamento.

Nesse sentido, não haveria ofensa ao verbete sumular 302 da própria Corte, que esclarece ser abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.

(...)

Por sua vez, a autora encontrava-se em episódio depressivo grave - CID 10 - F32.2, comprovando a necessidade da manutenção da internação para adequado tratamento de saúde porque não houve remissão dos sintomas. Os laudos médicos esclarecem a gravidade da situação enfrentada pela demandante ao descrever o quadro depressivo recorrente, evoluindo há 2 anos em episódio grave, acompanhado de instabilidade emocional, pensamentos de morte e risco concreto de suicídio<sup>2</sup>.

O pacto que tem por objeto a saúde e a vida do indivíduo deve garantir, prioritariamente, a dignidade da pessoa humana, que se concretiza em condutas de respeito ao associado, observância à função social do contrato e ao princípio da boa-fé objetiva, previsto no art. 422, do Código Civil, já consagrado no Código de Defesa do Consumidor (art. 4º, caput e inciso I). Destaca-se, por ser pertinente ao tema analisado, trecho da decisão proferida pela Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar na ADPF 532, na qual determinou, liminarmente, a suspensão da Resolução 433/2018, da ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar e que revogou artigos 2º, VII e VIII, e 4º, VII, da Resolução CONSU 8/1998:

(...)

Cabe esclarecer, ainda, que a Lei 10.216/2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e, a teor dos incisos do artigo 2º, parágrafo único<sup>3</sup>, elenca os direitos destas pessoas nos atendimentos em saúde mental, dentre eles, ter acesso ao melhor tratamento, ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde e ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração. E que, apesar das diretrizes da política de desinstitucionalização psiquiátrica, prevista na citada legislação, há nos autos laudo médico circunstanciado caracterizando a necessidade de internação psiquiátrica por mais

longo período.

Assim, é vedado a instituição de fator restritivo que limite o acesso aos serviços de assistência à saúde como o financiamento de grande parte do procedimento pelo próprio usuário, o que desfaz a própria natureza do contrato de assistência à saúde e viola a sua função social, impedindo o paciente de usufruir dos serviços de assistência à saúde contratados. Especificamente sobre a coparticipação em percentual sobre o custo do tratamento, a proporção de 50%, embora prevista em regramento administrativo, se mostra excessiva, pois, coloca o consumidor em situação de extrema desvantagem, desfigurando o núcleo essencial do contrato de prestação de serviço de saúde, que é o de possibilitar o atendimento e tratamento do usuário acometido de enfermidade. Equivale a não prestação de serviço de saúde pois não é crível que, no estado gravíssimo em que se encontrava a autora pudesse ter chance real de superar o desafio no exíguo prazo de 30 dias em virtude de desordens emocionais intensas ou, ultrapassado o limite, que conseguisse arcar com vultosa quantia advinda de mais longa internação. Tal situação contraria frontalmente o disposto no artigo 51, XV, §1º, I a III, todos do Código de Defesa do Consumidor:

(...)

Além disso, cabe ressaltar que a condição clínica apresentada pela demandante era de emergência psiquiátrica, com sinais de ideação suicida, sugerindo a necessidade de intervenção imediata e inadiável. Daí a importância de ser mantida na clínica para tratamento efetivo de sua saúde mental, impedindo a evolução dos transtornos psiquiátricos e a ameaça à sua integridade, com trabalho contínuo, multidisciplinar e urgente. E, efetivamente, a Lei 9.656/98, ao dispor sobre planos e seguros privados de assistência à saúde, aponta no artigo 35-C, I, que é obrigatória a cobertura do atendimento nos casos de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente. Ainda que as cláusulas de coparticipação citadas pelo réu na sua defesa sejam permitidas pela Agência Nacional de Saúde - ANS - e pelo Código de Defesa do Consumidor, tratava-se de tratamento urgente, embora de longa duração, a ser prestado à beneficiária, cujo frágil estado de saúde mental podia ser agravado, colocando em risco, inclusive, sua vida. Considerando a gravidade do caso, a limitação de cobertura da internação por somente 30 (trinta) dias não é conduta prudente, tampouco a coparticipação, a partir de então, em patamar vultoso de

50% se mostra razoável, o que se contrapõe a recuperação do consumidor em momento que demanda extremo cuidado e atenção. De fato, neste caso emergencial, a exigência do pagamento equivale à negativa de cobertura, posto ser inviável a recuperação em curto espaço de tempo quanto. Tampouco se mostra justa a cobrança de cota a ser suportada pela autora pela sua manutenção em clínica especializada,

Excepcionalmente, apesar da aparente legalidade da instituição de cláusula que prevê a coparticipação do segurado em caso de internação para tratamento psiquiátrico, tal condição contratual não subsiste nas hipóteses de emergência e urgência, nitidamente caso dos autos, considerando o comportamento autodestrutivo da autora com idéias suicidas, em evidente situação de vulnerabilidade. A interpretação sistemática dos diplomas legais, pautada na doutrina da proteção do atendimento a pacientes com transtornos mentais, leva à conclusão de que em um eventual confronto com questões de ordem patrimonial deve prevalecer o direito ao tratamento e à vida. Portanto, à vista dos fundamentos acima, deve ser mantida a sentença que declarou nula a cláusula limitativa pela caracterização de abusividade e determinou que a operadora do plano de saúde não imponha limites ou custos de coparticipação para o tratamento pelo tempo necessário ao seu restabelecimento.

As conclusões da Corte de origem divergem, assim, do entendimento consolidado deste Tribunal.

Com efeito, destaco que é assente perante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que não se configura abusiva a cláusula expressa que estabelece coparticipação para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias, decorrente de transtornos psiquiátricos, visto que ínsita à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações relacionadas à gestão de custos do contrato de plano de saúde.

Ressalto, ainda, que é entendimento pacífico que a referida cláusula de coparticipação “é hipótese sensivelmente distinta daquela em que há cláusulas de restrição absoluta de cobertura de internações que extrapolam o prazo contratado” (AgInt no AREsp 774.936/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/9/2016, DJe 21/9/2016).

Nesse sentido, cito os seguintes julgados desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. PRAZO SUPERIOR A TRINTA DIAS. COPARTICIPAÇÃO. CLÁUSULA CONTRATUAL EXPRESSA. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO PROFERIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. APLICAÇÃO DO VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. "O STJ pacificou entendimento no sentido de que não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrente de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a verdadeira gestão de custos do contrato de plano de saúde. Precedentes" (AgInt no AREsp 1.191.919/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 28/2/2018).

2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1271598/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018)

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SISTEMA DE COPARTICIPAÇÃO. PREVISÃO CONTRATUAL CLARA E EXPRESSA. ABUSIVIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Demanda em que se pretende o reconhecimento de abusividade de cláusula contratual que estabelece a coparticipação do consumidor após o trigésimo dia de internação.

2. O Tribunal de origem, ao decidir a questão devolvida, declinou de forma expressa todos os fundamentos que lhe serviram de razão de decidir, não havendo omissão nos termos do art. 535 do CPC.

3. A legislação especial admite a configuração de planos de saúde com cláusula de coparticipação, inclusive para todos os procedimentos utilizados (art. 16, VIII, do CDC), desde que contratados de forma clara e expressa.

4. A imposição de interpretação mais favorável ao consumidor, bem como o sistema de proteção contra abusividade não correspondem à proibição genérica de limitações dos direitos contratados.

5. Atendido o direito de informação, mediante a redação de forma clara e expressa da cláusula limitativa, bem como mantido o equilíbrio das prestações e contraprestações, não há que se cogitar de abusividade.

6. A redução dos custos assumidos pelas operadoras de plano de saúde, por meio da formatação de diversos contratos disponibilizados no mercado, resultam em contraprestações igualmente inferiores, devendo prevalecer a autonomia da vontade, mantendo-se o sinalagma contratual e protegendo-se as legítimas expectativas de ambos os contratantes.

7. Recurso especial provido.

(REsp 1511640/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/6/2015, DJe 18/6/2015)

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. LEI 9.656/98. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO.

1. Ação ajuizada em 11/12/2012. Recurso especial concluso ao gabinete em 28/09/2016. Julgamento: CPC/1973.

2. Cinge-se a controvérsia a definir a legalidade de cláusula, em contrato de assistência médica, que impõe coparticipação do contratante à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, após o período de 30 (trinta) dias de internação para tratamento psiquiátrico.

3. O recurso especial não ultrapassa o conhecimento pelo fundamento da alínea "c" do art. 105, III da CF/88, uma vez que a recorrente não embasou seus argumentos em dissídio jurisprudencial, tampouco colacionou acórdãos que demonstrassem divergência.

4. A lei especial que regulamenta a prestação dos serviços de saúde autoriza, expressamente, a possibilidade de coparticipação do contratante em despesas médicas específicas, desde que figure de forma clara e expressa a obrigação para o consumidor no contrato.

5. O acórdão recorrido diverge do entendimento deste órgão julgador, no sentido de que "não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrentes de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a gestão dos

# *Superior Tribunal de Justiça*

custos dos contratos de planos de saúde". Precedentes.

6. Afasta-se a condenação de compensação por danos morais quando não caracterizada qualquer infração contratual, como na hipótese.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

(REsp 1635626/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 16/2/2017)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para autorizar a cobrança de coparticipação do contratante à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, após o período de 30 (trinta) dias de internação para tratamento psiquiátrico.

Nos termos do art. 85, § 2º, e 86, caput, do CPC/2015, considerada a sucumbência recíproca, cada parte arcará com 50% (cinquenta por cento) das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora